



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**ESCOLA E FAMÍLIA: IMPLICAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Justina Ubessi Lagemann

**Tio Hugo, RS, Brasil
2011**

ESCOLA E FAMÍLIA: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

por

Justina Ubessi Lagemann

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr. João Luis Pereira Ourique

Tio Hugo, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**ESCOLA E FAMÍLIA: IMPLICAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM**

elaborada por
Justina Ubessi Lagemann

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

João Luis Pereira Ourique, Dr.
(Presidente/Orientador)

Alexandra Silva dos Santos Forquim, Ms. (UFSM)

Maiane Liana Hatschbach Ourique, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 15 de janeiro de 2011.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que meu desejo de continuar estudando se realizasse, sempre abençoando e iluminando meu caminho.

Ao meu Anjo da Guarda, por estar sempre comigo, guiando-me, orientando-me e protegendo-me em todos os momentos.

Ao Professor Dr. João Luis Pereira Ourique, pelo constante acompanhamento, mesmo a distância se fez presente, por meio do incentivo e dedicação na orientação dessa Monografia de Especialização. Por transmitir segurança e seriedade nas orientações, pela disponibilidade de ler os trabalhos, orientando-me com gentileza, presteza e responsabilidade.

A todos os professores e tutores do Curso de Pós-Graduação a distância - Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, pela dedicação e incentivo na realização dos trabalhos e, principalmente, por dividir comigo suas experiências e conhecimentos.

À UFSM e ao Coordenador do Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional, Professor Dr. Leocadio José Correia Ribas Lameira, pelo comprometimento e seriedade com que conduziram os trabalhos de ensinar a aprender, contribuindo para o meu desenvolvimento integral e aperfeiçoamento da minha prática pedagógica.

Ao meu marido Laércio e minha filha Letícia, pela compreensão e amor incondicional e, especialmente, por me apoiar nos momentos em que mais precisei, pelo incentivo a prosseguir essa caminhada.

A todos os meus familiares e amigos, pela compreensão, estímulo e carinho.

***A educação é um processo social,
é desenvolvimento.***

***Não é a preparação para a vida,
é a própria vida.***

(John Dewey)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ESCOLA E FAMÍLIA: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

AUTORA: JUSTINA UBESSI LAGEMANN
ORIENTADOR: Prof. Dr. JOÃO LUIS PEREIRA OURIQUE
Data e Local da Defesa: Tio Hugo/RS, 15 de janeiro de 2011.

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo reflexivo sobre a relação entre família e escola e de que forma essa relação pode interferir no desenvolvimento da aprendizagem. A presença da família na sociabilidade da criança é fundamental, pois este é o início das interações sociais com o meio a que está inserida. O estudo apresenta conceitos que levam à reflexão acerca do sentido da escola e dos educadores no processo de ensino e aprendizagem. Sobre essa temática abordam-se alguns pensamentos e visões de vários autores sobre a família no contexto educacional, o papel da escola na sociedade, bem como questões referentes a ensino e aprendizagem. Para a realização deste trabalho foi utilizada pesquisa qualitativa com consulta bibliográfica. Constatou-se que a participação dos pais na escola, bem como o acompanhamento e estímulo às atividades pedagógicas dos filhos contribuem para um desenvolvimento e aprendizado satisfatórios.

Palavras-chave: Ensino. Aprendizado. Estímulo familiar. Gestão escolar.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ESCOLA E FAMÍLIA: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

(SCHOOL AND FAMILY: IMPLICATIONS IN THE
DEVELOPMENT OF THE LEARNING)

AUTHOR: JUSTINA UBESSI LAGEMANN

ADVISER: Prof. Dr. JOÃO LUIS PEREIRA OURIQUE

Data e Local da Defesa: Tio Hugo/RS, 15 de janeiro de 2011.

This work has as objective to accomplish a reflexive study about the relationship among family and school and that forms that relationship it can interfere in the development of the learning. The presence of the family in the child's sociability is fundamental, because this is the beginning of the social interactions with the context the one that it is inserted. The study presents concepts that lead to reflection about the real sense of the school and educators in the process of teaching and learning. This subject approaches some thoughts and visions of different authors regarding the family in the educational context, the paper of the school in the society, as well as referring subjects teach and learning. For the accomplishment of this work qualitative research was used with bibliographical consultation. It was verified that the parents' participation in the school, as well as the accompaniment and incentive to the children's pedagogic activities contribute to a development and satisfactory learning.

Key-words: Teach. Learn. Family incentive. School administration.

LISTA DE ABREVIATURAS

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)	21
Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394/96 – LDB	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 O PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE	13
1.1 Ensino e aprendizagem	17
1.2 Gestão escolar democrática – alguns pressupostos	22
2 ESCOLA E FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO (IM) PRECISA	27
2.1 Discutindo relações e implicações sobre o papel da escola e dos educadores	28
2.2 A família no meio educacional	33
2.3 A aprendizagem e a influência do meio	40
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

Com base em fatores sociais, culturais e econômicos que interferem no processo de aquisição do conhecimento, o presente trabalho foi elaborado com o objetivo de entender e refletir sobre a influência da participação familiar no desenvolvimento e aprendizado do educando, bem como, a relação existente entre essas duas instituições: a escola e a família.

A educação é um dos principais alicerces das sociedades desenvolvidas. Além de ser um direito constitucional, a educação se apresenta como um processo pelo qual os sujeitos conseguem ampliar sua cultura, tornando-se agentes sociais mais capacitados e integrados à sociedade. É pela cultura que as pessoas se relacionam com os outros, com o meio ambiente e consigo próprias.

Atualmente, o desempenho dos estudantes brasileiros ainda é baixo. Não se pode negligenciar que os sistemas de ensino são falhos, mas por outro lado, observa-se também que a sociedade como um todo deixa a desejar quando se fala em educação.

Outro aspecto que merece atenção é a participação da família no processo de ensino e aprendizagem dos filhos. O envolvimento familiar nas atividades escolares produz um efeito extremamente positivo sobre o desenvolvimento integral dos estudantes.

Um sistema educacional de um país, que busca o bem estar social para o seu povo, deve ter por princípio a formação do cidadão completo, que pensa, age, interage e transforma o meio em que vive.

Essa formação completa começa na educação familiar, por meio do afeto, atenção, respeito, segurança. Ela continua a se desenvolver nos primeiros contatos com o mundo exterior: os parentes, os vizinhos, a escola, a comunidade em geral, enfim, os locais frequentados pela família, é então o começo de uma educação social.

Quando a criança entra no sistema educacional ela tem o contato com a educação formal, sistemática e normativa. Atualmente, a criança entra no sistema

educacional formal por meio da educação infantil, primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando assim a ação da família e da comunidade.

Além de uma participação ativa das famílias, é preciso reinventar as escolas. Sair de um padrão de educação centrado na oralidade do professor, para aquele que estimule o aluno e que provoque nele uma reflexão contínua sobre o mundo em que vive e seus impactos sobre ele.

O ser humano não consegue existir, nem se desenvolver de forma isolada, pois tem seu crescimento intelectual baseado nos demais seres que o circundam. Sob esta visão, realizou-se este trabalho que teve como intenção principal estudar a relação do desenvolvimento da aprendizagem, com o contexto familiar e escolar, bem como sua implicação para o ensino.

Para expandir conceitos, partiu-se da inquietude em saber de que forma a influência do contato social, mais especificamente da família, pode interferir no desenvolvimento da aprendizagem. Diante desse questionamento buscou-se investigar como ocorre o processo de sistematização do ensino entre os diferentes contextos e qual a influência do meio nesse processo. Bem como, compreender a relação entre família e escola, além de buscar entender de que forma o gestor/professor pode contribuir para a disseminação do conhecimento, atuando como mediador para a participação da família na escola.

Para tanto, fez-se uso de pesquisa qualitativa, por meio da seleção bibliográfica específica de autores que discutem sobre a temática em questão, autores tais como Almeida (2002), Bronfenbrenner (1996), Fernández (1990), Kato (2002), Luria (2001), Pain (1996), Paro (1997, 2000, 2002), Soares (1998), Tfofi (2000), Vygotsky (1991), entre outros.

Optou-se por este assunto tendo em vista a sua relevante abrangência no meio acadêmico e social e, porque, a questão do processo de aquisição do conhecimento e a influência do meio familiar são, ainda, fatores que levam a muitas discussões e dúvidas. Com o desenvolvimento deste trabalho, procura-se levantar questões e debater problemas que tratem do processo de participação da família na escola, bem como sua relação com o ensino e aprendizado dos alunos no contexto educacional.

Com esse estudo, também se pretendeu desenvolver o pensamento de que para ensinar é preciso criar situações que permitam ao aluno refletir sobre o aprendizado, respeitando e aprendendo a conviver com as diferenças que se estabelecem nos variados contextos, de forma que o educando possa interagir com o meio social que o cerca.

Para melhor pontuar os assuntos referentes à relação entre família, escola e aprendizado, o presente trabalho foi dividido em capítulos maiores, seguidos de subdivisões. Dessa forma, pensou-se em sintetizar as considerações de cada autor e, assim, proporcionar um melhor entendimento ao leitor.

O capítulo 1 referencia o papel da escola na sociedade, levando à reflexão de por que as escolas existem. A escola é um espaço de libertação e democracia, para tanto é necessário ter definido em seu propósito de trabalho a transparência e a primazia em atender as necessidades emocionais, culturais e intelectuais de cada educando, reconhecendo que a diversidade existe e deve ser respeitada.

Neste mesmo capítulo, em uma subdivisão, é destacado o ensino e a aprendizagem como fatores decorrentes do modo como o conhecimento é difundido no grupo familiar, seguido da interferência da escola. Atualmente o meio escolar busca oferecer melhores condições de interação ao aluno, cabe aos pais o incentivo a participar.

Ainda neste capítulo são apresentados alguns pressupostos para que a gestão democrática aconteça de fato nas escolas. Este subitem reafirma a importância de a escola abrir espaço para a participação da comunidade nas tomadas de decisões, bem como na efetivação das mesmas.

Já o capítulo 2 faz referência à relação da família e da escola, relação essa marcada por imprecisões e complexidades. A temática parece ser corriqueira, no entanto é difícil de ser conceituada e entendida. A família deixa a desejar quanto à participação no meio educacional.

Na sequência, são apresentadas ideias que levam à discussão sobre o papel da escola e dos educadores frente ao processo de ensino e aprendizagem, proporcionando uma reflexão sobre o posicionamento dos profissionais de educação quanto às abordagens educacionais usadas atualmente.

Este capítulo reforça a necessidade do envolvimento da família nas atividades escolares dos filhos. Esse comprometimento com a educação, por parte da família, é fundamental, visto que as crianças e jovens exigem tal comportamento dos pais para

que desse modo façam entender e acompanhar suas necessidades emocionais e intelectuais decorrentes das grandes transformações e avanços por que passa a sociedade contemporânea.

O posicionamento, a presença e a participação dos pais são de grande relevância para o desenvolvimento e aprendizado dos filhos, já que a criança tem as suas atitudes, sejam positivas ou não, contempladas pela vivência no dia-a-dia com a família, já que o meio em que a criança cresce e tem suas primeiras experiências, é decisivo como norteador da formação da personalidade de cada um.

Por fim, apresentam-se as considerações finais do trabalho, por meio de uma abordagem geral dos tópicos destacados no decorrer do trabalho. Também é retomado o papel da escola e da família frente ao desenvolvimento cognitivo do educando.

É destacada a necessidade de mudanças na educação, transformado-a em um processo de interação pessoal, com tempo e espaços situados, de forma que o ensino passe a intervir no meio. Esse novo modo de pensar em educação traz mudanças que visam formar um sistema no qual as engrenagens da sociedade, da vida e da educação desempenhem um movimento simultâneo de revisão, reflexão, ação e avanços sucessivos.

1 O PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE

A função social da escola consiste em um processo de socialização dos conhecimentos, no sentido de estabelecer interação com o meio em que a instituição está inserida.

Para tanto, é preciso que as escolas e seus profissionais, em substituição a práticas meramente reprodutivas, pensem, planejem e executem práticas que respondam a necessidades do homem contemporâneo. Ocupando, assim, um papel decisório na formação da cidadania.

Essa visão da escola nem sempre foi assim. Na década de 70, críticos observavam que a escola difundia a ideia de que a classe trabalhadora deveria se conformar com a situação de desigualdade por que passava. Já na década de 80 e 90 era promovida a subordinação das mulheres e de algumas classes étnicas. No entanto, essas críticas não forneciam uma ideia de como realmente era ou deveria ser a escola.

No final das décadas de 80 e 90, sob influência de ideias pós-modernistas e pós-estruturalistas as críticas no que se refere à escolaridade tomaram outro estilo.

Neste período, os governos sob influência de ideias neoliberais concediam ao mercado, livre papel na economia, mas sem deixar de controlar taxas e juros. Assim, conforme Young (2007), com mais tempo para se dedicar a outras questões, os governos passaram a “reformular o sistema escolar ou aprimorar o capital humano”. Essas reformas tinham como objetivo manipular os resultados escolares de acordo com as necessidades econômicas da época, para tanto, o controle de escolas e de representantes educacionais era conferido ao setor privado.

Desse modo, a educação se transformou em um mercado, onde se instalou um processo de competição, tanto por alunos como por investimentos financeiros. As escolas concentravam-se em produzir resultados e em consequência disseminavam o tédio escolar para alunos e professores.

Diante dessas concepções, questiona-se qual o propósito da existência das escolas, já que diferentes proposições foram apresentadas a esse respeito. Young (2007) resume algumas visões da escola: “Como resultado, temos a vigilância para

Focault, a empregabilidade para o *New Labour* e a felicidade e o bem-estar para John White”. Ao longo da história a escola vem assumindo diferentes configurações, entre elas a de servir como centro de emancipação e também de dominação a fim de atingir diferentes objetivos.

Atualmente, as escolas são responsáveis pela transmissão de conhecimentos diferenciados que abrangem os curriculares e os escolares. Para melhor pontuar a função da escola, Young (2007, p. 1294) explica que “elas capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho.”

Em busca de um conhecimento que não se adquire em casa, mas que seja realmente proveitoso para uso nas práticas sociais, é que os pais mandam seus filhos na escola.

Nogueira (1998) também concorda que os pais colocam os filhos na escola, com o intuito de inseri-los na sociedade. Atualmente, a ocupação profissional e as formas para se chegar à ascensão social estão diretamente ligadas a uma boa escolarização. Nessa perspectiva, a escola assume um papel de destaque na vida das famílias, ainda que existam variações de acordo com o meio social.

Para que esse efeito de apreender intelectualmente tenha êxito, faz-se necessário um ensino que requer profissionais com conhecimento especializado. No entanto, isso não significa que as experiências que os alunos trazem para a escola mereçam menos consideração.

A escola, enquanto espaço democrático, não pode banir a cultura de um ou de outro aluno, mas sim reconhecer que realmente existe uma diversidade cultural entre seu corpo discente e procurar usar essa variação cultural como forma de enriquecer o aprendizado e valorizar a troca de conhecimentos.

O conhecimento por sua vez se desdobra em escolar e não-escolar e isso traz implicações para as questões educacionais. De acordo com Young (2007, p.1296), o conhecimento se diferencia de dois modos, sendo que um tipo de conhecimento depende do contexto, enquanto que o outro, adquirido na escola, refere-se à teoria e busca a universalidade levando ao que o autor chama de “conhecimento poderoso”.

O sucesso desse tipo de conhecimento nem sempre é alcançado, já que este está condicionado à cultura que os alunos trazem para a escola. Desse modo,

destaca-se o importante papel da escola, o de promover a igualdade social, por meio da criação de um currículo que oportunize ao aluno a participação na escola, na busca da aquisição do conhecimento poderoso, o qual pode fornecer novas maneiras de pensar a respeito do mundo e conseqüentemente desenvolver a aprendizagem.

Conforme Kato (2002) a aprendizagem, enquanto processo de construção, define-se como um efeito que, a partir de uma articulação de esquemas, sugere a coexistência de dimensões para possibilitar ao ser humano configurar uma dinâmica própria de funcionamento, caracterizando assim o seu processo de aprendizagem.

Pain (1996, p.13) descreve a aprendizagem como “um acontecimento histórico em que coincidem um organismo, uma etapa genética da inteligência e um sujeito associado a outras estruturas teóricas”.

Então, para se construir uma noção sobre o processo de aprendizagem, é preciso considerar as possíveis condutas aprendíveis do sujeito, dentro de um determinado contexto sociocultural, em função das competências por ele adquiridas nos distintos níveis de aprendizagem.

A autora (1996) classifica a noção de não-aprendizagem como processo diferente de aprendizagem. Descreve o processo de aprendizagem sistemática e assistemática como inscrito na dinâmica de transmissão cultural, que constitui a definição mais ampla da palavra educação.

A aprendizagem assistemática pode ser caracterizada como sendo o período em que o sujeito entra em contato com níveis mais complexos de cultura e conhece apenas lugares mais próximos, como seu bairro, sua cidade. Esse período é importante para o desenvolvimento do ser humano e indispensável para que a aprendizagem sistemática se realize com significação, de modo a permitir a instrumentalização do sujeito em função da sua cultura.

Já a aprendizagem sistemática consiste basicamente na transformação dos bens culturais de uma sociedade em bens pedagógicos, que tem como base a aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática. Desse modo, a aprendizagem pode ser vista como um processo evolutivo, de construção, que tem início no meio familiar, dentro de um específico contexto sociocultural, até a chegada do indivíduo na escola.

Nesse sentido, é importante lembrar que o currículo escolar deve considerar o conhecimento local e cotidiano que os educandos trazem à escola, no entanto esse

conhecimento não é suficiente para chegar a ser uma base para o currículo. Surge assim, a necessidade de a escola fornecer a base para a aprendizagem generalizável, que tenha como objetivo propiciar condições para que os alunos sistematizem informações e cheguem ao conhecimento poderoso.

O currículo, portanto, precisa despertar e buscar nos métodos globalizados o sentido e a significância dos conteúdos, de modo que possam estabelecer relação entre o que é debatido em sala de aula e a realidade social em que os alunos estão inseridos.

Nesse sentido, mais que transmitir o conteúdo, deve-se trabalhá-lo de forma que os alunos encontrem sentido e aplicabilidade nesse processo de busca e de construção do conhecimento.

Para tanto, é necessário que as escolas se desvinculem do ensino tradicional e busquem a autonomia e a igualdade das classes sociais para desenvolver esse conhecimento profissional, inter-relacionando informações nos diferentes campos.

Procurando explicar o papel social da escola, enquanto espaço de sistematização da educação, Pain (1996) descreve quatro funções da educação. A função mantenedora da educação estabelece que a conduta humana realiza-se por meio da instância ensino-aprendizagem. A função socializadora transforma o indivíduo em sujeito social, identificado em um grupo.

Já a função repressora conserva e reproduz as limitações que o poder destina a cada classe e grupo social. Por fim, a função transformadora da educação, que nas contradições do sistema, opera mudanças que se transmitem por meio de um processo que revela formas peculiares de expressão.

Assim, em função de um caráter tão complexo e contraditório da educação, a aprendizagem se dá simultaneamente como instância alienante e como possibilidade libertadora.

Como base nessa concepção de educação, constata-se a necessidade de uma leitura do processo de aprendizagem além da escola. É necessário que deixe de existir o processo de exercício de poder, por meio do qual a escola efetiva a aprendizagem, para assim, ser possível visualizar a diversidade de relações que se estabelece frente aos diversos contextos que inserem o sujeito na construção de seu conhecimento.

De acordo com Pain (1996), a aprendizagem é um processo que não se limita somente à escola. Esta é apenas um meio que promove a aprendizagem, já que o processo é produzido no sujeito em diferentes situações. O meio cultural ao qual pertence impõe situações que são por ele transformadas, algumas em bens pedagógicos.

1.1 Ensino e aprendizagem

Por muito tempo considerou-se a aprendizagem exclusivamente como um processo consciente, e produto da inteligência, deixando o corpo e os afetos de fora. No entanto, este processo envolve não só a racionalidade, mas em consórcio com ela a emoção. Tais elementos estão presentes na relação entre quem ensina e quem aprende.

Tanto na escola, como em outros espaços socializadores, como a própria família, deve-se ter a clareza e a compreensão de que o desenvolvimento e a aprendizagem são processos inter-relacionados, indissociados. Nesse sentido, é de extrema importância para a criança o papel do adulto, do outro, como mediador, problematizador do conhecimento e de questões culturais.

A noção de não aprendizagem, como processo diferente da aprendizagem, e não apenas como seu reverso ou oposto, desperta na escola e educadores a responsabilidade de prestar atenção à maneira peculiar e individual, que cada sujeito tem de se manter ávido ou desinteressado na receptividade do que está sendo ensinado. É também um alerta para a facilidade com que são marginalizados aqueles que fazem algo diferente das normas estabelecidas pela sociedade/cultura.

Quando se compreende a relação existente entre sociedade, cultura e história, o ensino pode ser reformulado com o intuito de se tornar mais significativo, contextualizado com a realidade dos integrantes do processo educativo. A participação da família no contexto educacional dos filhos representa um papel de grande significação no processo de ensino e aprendizagem que o aluno receberá na escola. Para tanto, faz-se necessário criar situações que fortaleçam o elo entre essas duas instituições.

Conforme Callai (1986), a escola precisa proporcionar situações em que o aluno participe de projetos coletivos de interesse da escola e da comunidade. Dessa forma, ele se exercita na autonomia e na convivência social saudável, aprende a expressar ideias e opiniões, a ouvir e a debater, estabelecendo uma atitude em relação ao saber e ao conhecimento que o leve a querer aprender sempre mais.

Assim, as diversidades socioculturais e étnicas de cada educando serão respeitadas, já que o ensino é um fator decisivo para o desenvolvimento do indivíduo, possibilitando-lhe a expressão de seus sentimentos, de sua existência, de sua maneira de ver e sentir o mundo.

Acredita-se que as dificuldades de aprendizagem ocorrem de um rompimento do processo educativo do qual a família é o seu ponto de partida, já que a família sempre foi e continua a ser, a instituição mais qualificada para educar a criança.

É importante verificar qual o papel atribuído pela família à criança, pois o nível em que se atribui a importância pode influenciar na predisposição para aprender ou na resistência a que isto ocorra.

Com base nesse aspecto, é importante destacar o papel dos gestores/professores, o de saber interpretar e procurar alternativas que venham suprir possíveis carências de interação, de forma a contribuir positivamente para o desenvolvimento do ser humano.

Quando a criança passa a frequentar à escola, essa possível interação, ocorrida no microsistema, se perde na medida em que o ensino não contempla as peculiaridades de cada criança e as situações são descontextualizadas do íntimo do aluno, a origem étnico-cultural do educando fica em lugar de menos evidência.

Em relação às dificuldades de aprendizagem Fernández (1990) refere que é preciso analisar de forma particular e cuidadosa o problema de aprendizagem, nas diferentes formas em que se apresenta. Deve-se observar a dinâmica da circulação do conhecimento dentro de um grupo familiar, a coerência sócio-econômica do sujeito, a importância da família no contexto da aprendizagem, a interferência da instituição educativa na origem e manutenção do fracasso escolar.

É considerável que a criança que cresce em um meio sociocultural mais favorecido e possui acesso aos mais sofisticados meios de comunicação, será mais desinibida e terá mais facilidade de aprendizagem do que aquela que não possui estes mecanismos. Este é o momento da interação e do incentivo dos pais, pois as escolas, atualmente, oferecem todo o acesso aos meios de comunicação; basta às

crianças irem à escola levando o incentivo recebido e assim demonstrar interesse de aprender.

Em algumas situações discute-se que a escolaridade da família que convive com a criança influencia na tomada de decisões e na vida escolar do aluno. Acredita-se que tudo depende da valorização por parte da família e dos objetivos que estes têm para com suas crianças, pois muitos pais não tiveram a oportunidade de estudar e mesmo assim incentivam seus filhos aos estudos para que possam ter uma vida melhor.

Ao observar a maneira como a criança aprende e a origem de seu insucesso, pode-se chegar ao caminho para elucidar o porquê de sua não aprendizagem, já que a dificuldade de aprendizagem que surge no grupo familiar pode se solidificar na instituição educativa.

O desenvolvimento do conhecimento ocorre quando o esforço para aceitar o estímulo novo o transforma, e o próprio organismo se modifica para integrar o dado novo. Ou seja, o ser humano só aprende, quando está apto para aprender, recebe as informações, apodera-se delas, e a partir daí muda suas atitudes, interagindo com o meio em que se encontram.

Conforme Vygotsky (1991) o desenvolvimento da inteligência e a aprendizagem, no sentido amplo de aquisição do conhecimento, são processos ativos, pois têm como fonte a ação da própria pessoa e dependem de sua interação com o meio ambiente. É o processo pelo qual as estruturas da inteligência se constituem progressivamente através da contínua interação entre o sujeito e o meio externo.

O homem é um ser histórico e se torna humano porque aprende com os outros humanos. Decorre daí a inteligência, que, do mesmo modo, não é herdada biologicamente. O que está inscrito no código genético é a possibilidade de adquirir as estruturas inteligentes. Tal aquisição dependerá da aprendizagem.

Desse modo, a escola passa a desempenhar uma função muito importante não apenas no processo de aprendizagem da criança, mas também para o seu desenvolvimento. O professor deixa de apenas acompanhar a aprendizagem da criança e passa a assumir a organização e sistematização do processo de ensino-aprendizagem.

O ensino favorece e estimula o desenvolvimento de novas estruturas mentais em consonância com o grande número de potencialidades que o ser humano traz

em si. Tais potencialidades se desenvolvem em contato com o mundo que o cerca e, em especial, com os outros seres humanos. Ele é também um ser social, ou seja, só em convívio com outras pessoas é que tem possibilidade de desenvolver plenamente suas qualidades inatas.

Nesse sentido, destaca-se a importância do envolvimento dos pais com os filhos em relação ao estímulo a aprender, a questionar, a redescobrir. O que se observa no meio familiar é que, por exemplo, o hábito de contar histórias aos filhos, só se mantém enquanto são pequenos, na medida em que vão crescendo o interesse dos pais em estimulá-los à leitura vai decaindo. Mesmo as crianças não estando plenamente alfabetizadas, os pais já não se mostram dispostos a contar-lhes histórias. A esse respeito, Kato (2002, p. 15) relata que:

Quanto maior a vivência com material escrito, tanto maior a facilidade em compreender os usos da linguagem escrita. Quanto mais a criança partilha de atos de leitura e de atos de escrita, mais fácil será para ela interpretar a aprendizagem da leitura e da escrita como 'uma extensão do potencial funcional da linguagem'.

Sobre o potencial funcional da linguagem, Kato (2002, p.16) comenta ainda a falta de estímulo direto ao uso de papel e lápis em casa e enfatiza que:

Se a criança descobre usos significativos da escrita partindo de seus esquemas de assimilação, desenvolvidos em atos de leitura ou de escrita, [...] construindo pontes das atividades familiares com a linguagem escrita, que compartilha em seu ambiente, para novas atividades que a escola exige, é de avaliar o papel valioso destinado à escola no desenvolvimento da percepção dos propósitos da escrita, junto às crianças cujos familiares [...] não lhes propiciam uma valorização da escrita.

Então, se a escola receber alunos que provenham de famílias que tenham desenvolvido pouco ou nenhum estímulo ao desempenho da escrita, cabe a essa instituição de ensino o papel de instigar a criança a desenvolver a escrita, respeitando a ruptura de estímulo provindo da etapa familiar que a criança sofreu.

A tendência é que quanto maiores os filhos, menos os pais acompanhem seu aprendizado, faltando com a obrigação de ajudá-los nas atividades de aula, e assim acabam deixando para a escola todo o compromisso com a educação. Dessa forma, caracteriza-se o pouco envolvimento dos pais nas atividades escolares dos filhos, na medida em que estes vão crescendo.

Por outro lado, quando se pensa em ensino e aprendizagem, vem à mente o questionamento sobre será que o aluno aprendeu ou não aprendeu, no entanto, este processo é mais complexo. Sacristán (1998) descreve a aprendizagem como um processo de conhecimento, de compreensão de relações, em que as condições externas atuam mediadas pelas condições internas.

Sobre esse assunto, Sanchez (2006) apóia-se em uma visão construtivista e destaca a necessidade de avaliar o que o aluno já traz de conhecimento prévio, ou seja, a bagagem de saberes que o educando tem provenientes de diversas situações, relacionados ao seu meio social e cultural. Para Sanchez (2006, p. 93):

O conhecimento prévio é o conjunto de idéias, representações e informações que servem de sustentação para essa nova aprendizagem, ainda que não tenha, necessariamente, uma relação direta com o conteúdo que se quer ensinar.

A relação desse conjunto de saberes prévios com a aprendizagem proposta em sala de aula é importante para que se saiba de que ponto deve partir a aprendizagem que o professor deseja que aconteça. Assim será possível construir uma situação na qual o educando poderá usar o que já sabe para aprender coisas novas.

Para tanto, é necessário que o professor compreenda o que acontece com seus alunos, refletindo e reavaliando constantemente sua prática pedagógica. Nesse sentido, destaca-se a importância do acompanhamento pedagógico oferecido pela escola, com a discussão coletiva abrangendo gestores, supervisores, orientadores educacionais e professores, de modo a deixar todos plenamente envolvidos no trabalho pedagógico da escola.

Sanchez (2006) também lembra que é importante que a escola esteja comprometida com o ensino e educação de todos, criando um sistema de apoio a alunos com dificuldades momentâneas de aprender, através de grupos de apoio pedagógico. A autora já mencionada (2006) lembra ainda que sem esse espaço de fortalecimento oferecido pela escola, possivelmente ocorrerão casos de abandono e evasão escolar ou ainda alunos com dificuldades de aprendizagem.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para que o processo de ensino e aprendizagem acompanhe o desenvolvimento social contemporâneo é necessário que a escola redimensione seu papel, visando à

formação crítica dos educandos na perspectiva da participação social e política, capacitando-os para a aquisição e desenvolvimento de competências. Para tanto, conforme o documento citado (1997, p. 29) é preciso que no processo de ensino e aprendizagem sejam contempladas:

A aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento, a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade, a compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas. Além disso, é necessário ter em conta uma dinâmica de ensino que favoreça não só o descobrimento das potencialidades do trabalho individual, mas também, e, sobretudo, do trabalho coletivo. Isso implica o estímulo à autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação às suas próprias capacidades, interagindo de modo orgânico e integrado num trabalho de equipe e, portanto, sendo capaz de atuar em níveis de interlocução mais complexos e diferenciados.

É nesse sentido que se reforça a ação participativa e cooperante de todos os segmentos da escola, pois, apesar de a responsabilidade ser essencialmente de cada professor, é fundamental que esta seja compartilhada com a equipe da escola por meio da co-responsabilidade estabelecida no projeto educativo.

1.2 Gestão escolar democrática – alguns pressupostos

Como um conceito histórico, a democracia assume diferentes significados e é conduzida por múltiplos interesses, uma vez que é defendida por correntes políticas diversas. A democracia não apresenta um conceito único, tampouco um consenso quanto à sua prática, porém, atualmente, há uma ideia bastante difundida sobre o que é democracia, no entanto, ainda muito restrita e incompleta, a democracia representativa, exercida pelo voto.

Conforme Santos (2002), uma democracia emancipatória e humanamente solidária não pressupõe apenas que leis e constituições sejam aplicadas a todos. Mas também, que o sujeito, que vive em uma democracia, participe diretamente na sua elaboração e transformação, a fim de que esse cidadão possa reconhecer-se

inserido no processo de criação coletiva de uma experiência inter-individual autônoma e responsável.

É refletindo com base no acima exposto, que surge a preocupação de como falar em uma educação emancipatória em um meio no qual o discurso da maioria dos professores/gestores é o de reproduzir a ideia de uma democracia outorgada e não fruto da experiência cotidiana dos cidadãos. Por isso, faz-se necessário repensar o poder da educação e centrar o processo educacional na criação de atitudes não-conformistas, com o intuito de desenvolver de forma crítica opções políticas ativas e práticas criadoras de novidades.

Essas considerações iniciais fazem-se necessárias para que se possa entender o contexto atual em que se desenvolve a educação. De acordo com Paro (1997) a educação, por sua característica essencialmente humana, pode acontecer somente mediante o processo pedagógico, o qual se caracteriza como dialógico, não-dominador e que respeita a condição de sujeito tanto do educador como do educando. Por sua imprescindibilidade para a realização histórica do homem, a educação é também direito de todos e isso acarreta a importância da escola pública.

Uma escola pública, com um ensino que viabilize a condição de participação crítica do homem na sociedade, pressupõe iniciativas concretas de construção democrática, a partir da inclusão participativa da sociedade civil nos novos mecanismos de gestão das políticas sociais. Para Santos (2002, p.51), a democracia implica determinadas rupturas com o que se encontra estabelecido, via normas e tradições, e, portanto, “a tentativa de instituição de novas determinações, novas normas e novas leis”.

De acordo com o autor (2002), os novos rumos e configurações que a educação vem tomando a partir da deflagração da democratização dos processos escolares, principalmente no que se refere à gestão democrática e suas decorrências, requerem atualmente, uma distinção entre critérios de baixa intensidade e de alta intensidade democrática. Se a democracia não se constitui unicamente em um regime determinado ou sistema jurídico, é possível pensar que as instituições podem ser fortalecidas pela via da participação.

Falar em autoridade partilhada requer a interação entre direção, órgão colegiado e a respectiva autonomia. Quanto mais partilhada é a autoridade, mais participativa é a democracia. Desse modo, ela afasta o risco das decisões

centralizadas e desprovidas de verdadeiros interesses com a comunidade escolar e a sociedade civil, tão bem caracterizada como de baixa intensidade.

Segundo Paro (2000), a gestão democrática da escola pública, pensada sob a perspectiva da participação da comunidade, pressupõe o caminho para que o ensino mantido financeiramente pelo Estado possa ser chamado de público. No entanto, o referido autor ressalta a insuficiência de precisão do conceito de participação e procura elucidar o papel da comunidade na gestão da escola:

Quando, entretanto, destacamos a gestão democrática da escola, para examinar as relações que tal gestão tem com a comunidade, parece que estamos imputando a ela um caráter de exterioridade ao processo democrático que se daria no interior da escola, como se, consubstanciada a democracia na unidade escolar, a comunidade fosse apenas mais um fator a ser administrado por meio das relações que com ela se estabelecessem. Se, todavia, concebemos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve voltar-se – como o real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não supunha a comunidade como sua parte integrante (PARO, 2000, p.11).

A gestão democrática da escola pública, conforme o autor (2000) deve implicar essencialmente a participação da comunidade, ou seja, dos pais, dos alunos, das famílias de um modo geral. Essa participação que o autor elucidava, diz respeito à divisão do poder, a participação na tomada e na execução de decisões.

No entanto, a participação da comunidade na gestão democrática da escola ainda encontra alguns obstáculos para se concretizar, entre eles destaca-se a necessidade de alguém que se disponha a promovê-la, de modo a estar convencido da relevância e da precisão dessa participação. De acordo com o Paro (1997, p. 16):

A participação da comunidade na escola, como todo o processo democrático, é um caminho que faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para ação.

Assim, para que a democracia se efetive na escola é preciso que os educadores escolares exercitem a prática democrática por meio de atos e relações que se dão no nível da realidade concreta, colocando no centro da discussão a necessidade de um repensar crítico das próprias atitudes pessoais, na busca de um relacionamento social mais cooperativo e democrático.

A participação democrática na escola decorre de condicionantes ideológicos marcados por concepções e crenças sedimentadas historicamente na personalidade de cada sujeito que vem de uma sociedade marcada pela tradição autoritária.

Esse autoritarismo histórico orienta-se na direção inversa a da democracia. Fatores econômicos, sociais, políticos e culturais é que agem em favor dessa tendência, no entanto, a realidade social está carregada de contradições que precisam ser aproveitadas como ponto de partida para ações com vistas à transformação social. Paro (1997, p. 19) reforça essa ideia ao afirmar que:

O que não se pode é tomar os determinantes estruturais como desculpa para não se fazer nada, esperando-se que a sociedade se transforme para depois transformar a escola. Sem a transformação na prática das pessoas não há sociedade que se transforme de maneira consistente e duradoura. É, aí, na prática escolar cotidiana, que precisam ser enfrentados os determinantes mais imediatos do autoritarismo enquanto manifestação, num espaço restrito, dos determinantes estruturais mais amplos da sociedade.

Uma escola perpassada pelo autoritarismo em suas relações cotidianas muito dificilmente permitirá que a comunidade se faça presente em seu meio para participar de forma autônoma das relações democráticas.

Atualmente, o cenário educacional mostra a necessidade de mecanismos institucionais que ensejem a participação da comunidade na escola, mecanismos estes que conduzam efetivamente a um processo de participação coletiva que leve à implementação, na escola, de um trabalho cooperativo.

A busca da gestão democrática inclui a ampla participação dos diferentes segmentos da escola nas decisões e ações administrativas e pedagógicas da escola. Conforme com Veiga (1995, p. 21):

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que elas sejam legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação.

Nesse sentido, fica evidente entender que a gestão democrática, no interior da escola, não é um princípio fácil de ser consolidado, já que se trata da participação crítica na construção de uma gestão que abrange as dimensões pedagógicas,

administrativa e financeira. A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização.

2 ESCOLA E FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO (IM) PRECISA

O processo de educação no Brasil¹ revela um panorama educacional antidemocrático, pautado em interesses econômicos e políticos. Diante deste cenário, propõe-se uma reflexão acerca do papel da família frente à educação dos filhos. Essa relação escolaXfamília não é simples, ao contrário, é complexa e difícil de ser definida e conceituada com clareza, sendo imprecisa em determinados momentos.

Conforme Nogueira (1998) encontra-se bastante difundida a ideologia sobre a necessidade da colaboração, tanto por parte dos profissionais do ensino, quanto por parte das famílias, em relação à importância e a necessidade de um diálogo e da parceria entre as duas instituições: escola e família, as duas grandes agências de socialização. É muito frequente nos projetos político-pedagógicos das escolas iniciativas abrindo aos pais a possibilidade de intervir nas decisões, rumos e funcionamento do estabelecimento.

No entanto, observa-se que atualmente a participação da família ainda é pouca, no que diz respeito a estímulo, motivação e envolvimento no aprendizado dos filhos. Sander (2005) diz que talvez esse comportamento se deva ao enraizamento cultural, marcado pela influência de uma igreja dogmática e opressora, de um Estado monopolizador, da insuficiência ou da inaplicabilidade das políticas públicas em relação à busca de uma educação de qualidade.

A sociedade, as famílias e todas as relações humanas têm sofrido intensas e profundas alterações nas últimas décadas, desencadeando configurações familiares diferentes. Vive-se uma época de muitas alterações em ideias, conceitos, convicções.

Há décadas o papel principal da família era ser provedora das principais necessidades materiais, no entanto, as alterações sociais trouxeram consigo um

¹ A educação no Brasil revela marcas de rupturas significativas, primeiro com a vinda dos colonizadores e depois com o período jesuítico que se instala no Brasil em 1549. Esses momentos são contrastantes à história. Sander (2005) explica que o primeiro período da história da educação no Brasil é resultado da necessidade de expansão da propriedade e do comércio, do poder e da fé, ou seja, conquista econômica, política e cultural, que envolve a educação.

conjunto de novas posturas, entre elas a disseminação da importância do acompanhamento da vida escolar dos filhos. Esse é um tema candente e significativo, porque aborda opiniões que existem sobre uma relação que até pouco tempo era conflitante, mas que graças a um amadurecimento das entidades envolvidas, já apresenta uma nova abordagem, uma maneira diferente de vivenciar e perceber o assunto.

Com base nesses princípios, inicia-se neste capítulo a exposição de ideias referentes ao papel da escola e da família, com vistas a um ensino que tenha por objetivo a formação plena do ser humano, que lhe possibilite aprender mais que ler e escrever, mas acima de tudo, lhe mostre o que há além dos muros escolares.

2.1 Discutindo relações e implicações sobre o papel da escola e dos educadores

Quando se pensa em educação, logo vem à mente a ideia de uma escola modernizada com profissionais capacitados e atualizados para o ensino. É certo que muitas mudanças positivas já têm ocorrido, no entanto, a escola deixa a desejar na maneira de ensinar, planejar, executar e avaliar o seu projeto educativo. O tradicionalismo, seguido de rituais de ensino ainda perpassam a cultura de muitos professores e pais.

Almeida (2002) sustenta que na década de 90 ocorreu uma importante reforma no cenário educacional², sendo que essas transformações possuíam bases neoliberais³. Atualmente, tais concepções se mostram, de uma maneira especial, nos planos político-pedagógico, organizacional e de financiamento. O discurso que

² A reforma no cenário educacional na década de 90 refere-se à descentralização do poder do Estado, por meio da democratização da gestão que prevê medidas de descentralização financeira e administrativa e de alargamento da autonomia das unidades escolares, bem como, a melhora da qualidade do ensino e a ampliação do acesso e da permanência dos educandos no sistema.

³ Conforme Houaiss (1996), a partir da década de 1960, passou a significar a doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim em um grau mínimo.

subjaz às ações reformistas é o de enfrentar os trágicos problemas educacionais, tais como dificuldades de aprendizagem, a repetência e a evasão escolar.

A autora (2002) fala de duas abordagens da educação. A primeira trata-se de uma abordagem tradicional da educação, na qual a aprendizagem é vista como um produto mecânico que ocorre por meio da transmissão de ideias selecionadas e a escola é o lugar onde se realiza a educação. O indivíduo é passivo e apenas recebe conhecimento. Já em uma abordagem sociocultural, o ser humano se constitui sujeito quando toma consciência de sua história e atua como agente transformador da sua realidade e da sociedade.

Partindo dessas abordagens, é importante lembrar que as experiências de aprendizagens propostas pela escola devem fazer sentido para o aluno, para que ocorra uma aprendizagem significativa.

A escola, seguindo um currículo pré-estabelecido, vê um grupo homogêneo e deixa de considerar os diferentes estágios de percepções do mundo que cada aluno vive, desse modo, a avaliação acaba sendo o único ou o principal fator moderador da ocorrência ou não do aprendizado. A escola passa a ser um espaço em que sistematicamente os princípios de aquisição do conhecimento são desobedecidos e o desenvolvimento cognitivo do educando fica comprometido.

Sobre o tópico acima, Figueiredo (2002) faz uma contribuição ao lembrar que o fato de pertencer a um grupo social permite ao sujeito viver suas semelhanças, seus processos de identificação. É inegável que os grupos sociais são compostos de diferenças e semelhanças e as diferenças, quando trabalhadas de forma consciente, trazem crescimento tanto para o sujeito como para o grupo. Nesse sentido, a escola detentora de uma proposta socializadora não pode servir jamais de reprodutora de desigualdades.

Na visão de Nogueira (1998) há a necessidade de a escola adaptar as formas de ensino de acordo com as características do aluno, de forma a dar continuidade aos processos educativos que começam no meio familiar. É indispensável que a escola busque uma aproximação com a família para conhecer a realidade da criança.

Segundo a autora (1998) esse processo de aproximação, que visa a ideais pedagógicos, ocorre quando existe o diálogo constante com os pais. A escola mais do que desenvolver aspectos cognitivos também assume certa responsabilidade pelo fator emocional e psicológico do aluno. Para tanto, é necessário que os

educadores busquem informações sobre a vida do aluno para melhor compreendê-lo e assim aperfeiçoar sua prática de ensino.

É preciso que a escola traga para dentro de seus espaços o mundo real, do qual a criança e seus professores fazem parte. A função da escola é ajudar a realizar o processo de construção do conhecimento. Sendo que o ponto de partida sempre é uma visão global, difusa, que funcionará como uma oportunidade de o professor contextualizar o ensino, isto é, buscar com e no aluno os conhecimentos prévios que este tem sobre o tema abordado.

Sobre essa questão do sentido de aprender e para que se aprende, Travaglia (1997) contribui afirmando que o ser humano ao usar a linguagem não está apenas transmitindo informações ou externando pensamentos, mas significa que desenvolveu capacidades, como a de interagir comunicativamente, seja por meio de ações ou na produção de sentidos que variam de acordo com a ideologia, com a situação e com o contexto social e histórico.

Nesse sentido, Soares (1998) enfatiza o estado de incompletude por que passa o ensino, já que muitas vezes deixa de considerar as constantes mudanças que a sociedade reflete no indivíduo, as quais são determinantes para uma aprendizagem satisfatória. Não é suficiente a alfabetização por si só. Os avanços atuais pedem que a criança faça parte de um processo de letramento, o qual se trata de uma nova maneira de ensinar, de alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais e da escrita, levando o educando a refletir sobre essas práticas.

Nessa concepção de alfabetizar, a criança interage com o mundo, demonstrando seu interesse em familiarizar-se com as letras, em breves produções textuais e no começo da leitura de livros próprios à faixa etária.

De acordo com Tfofi (2000), a alfabetização, enquanto particularidade de cada criança, refere-se à obtenção da escrita no âmbito da aprendizagem de habilidades, já o letramento enfoca aspectos sociais e históricos desse aprendizado. Nesse processo, o sujeito apropria-se da escrita e a usa para atender às necessidades sociais de leitura e de escrita.

Ferreiro (1993) fala da alfabetização enquanto processo que envolve fatores econômicos, políticos, culturais e sociais. Nesse processo, as crianças têm um papel ativo no aprendizado, já que são elas que constroem o próprio conhecimento. Assim, a evolução de cada criança deve ser respeitada, compreendendo que o

desempenho mais vagaroso de um aluno não significa que ele seja menos inteligente ou dedicado que os demais. A construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, embora esteja aberta à interação social, por isso é importante que o professor tenha a noção de que o aprendizado não é provocado apenas pela escola, mas pela própria mente das crianças, já que elas carregam consigo uma bagagem de conhecimento adquiridos antes do ingresso escolar.

A autora (1993) enfatiza que a alfabetização deve vir acompanhada de um sentido crítico, fazendo com que a criança compreenda o que leu de forma a argumentar, criar, recriar e questionar-se diante de um texto. É preciso que a criança compreenda as funcionalidades da língua escrita na sociedade, como instrumento de informação e de comunicação entre as pessoas, um objeto no qual se pode atuar.

A principal preocupação de um processo de alfabetização - entendido como uma proposta de formação mais ampla do indivíduo e não limitada à escolarização - é a de trabalhar com elementos que sejam significativos aos alunos e também aos próprios professores, pois estes não devem ser vistos apenas como formadores sem preocupação com o próprio saber. É importante que o professor acredite na capacidade que a criança tem de aprender construindo seu conhecimento. Não é suficiente a apropriação do código escrito, é preciso a apropriação das práticas sociais da leitura e da escrita, ou seja, ao ensinar é preciso refletir sobre o uso que é feito da leitura e da escrita pelos estudantes ao passar pela escola, quais as consequências desse conhecimento na vida dos seres humanos.

Os conceitos de letramento e alfabetização fechados em si mesmos e sem uma reflexão em conjunto levam a entendimentos isolados de práticas que fundamentalmente se interpenetram e são indissociáveis. Assim, não é possível entender a alfabetização apenas como o processo de apropriação do código escrito, enquanto que o letramento se ocupa da função social da escrita e da leitura em situações concretas. É necessário refletir sobre o que é de fato alfabetizar. Entendido como processo contínuo e sem um horizonte definido, será possível de fato discutir a formação de alunos para uma sociedade complexa e interagir com a dinâmica plural cada vez mais complexa.

Ter clareza da função social da escola e do homem que se quer formar é fundamental para que o professor realize uma prática pedagógica competente e

socialmente comprometida, particularmente em um país de contrastes como o Brasil, onde convivem grandes desigualdades econômicas, sociais e culturais.

Para tanto, o educador deve estar atento, revisar e refletir constantemente sobre as práticas pedagógicas, com a finalidade de superar um posicionamento tradicional e alienante, a fim de atuar como agente transformador, levando a garantia de um crescimento mútuo do educador e do educando.

A reflexão sobre o ato de ensinar e aprender deve basear-se em uma articulação de esquemas que se constitui como um efeito a partir das relações que vão se estabelecendo entre quem ensina e quem aprende. De acordo com Pain (1996) conhecer as capacidades e competências do educando não é agir de forma arbitrária, é partir do educando, de forma a levá-lo a testar diferentes estratégias.

A respeito da visão dos educadores frente ao processo de aprendizagem, Fernández (1990, p.51) relata que:

Encaramos a aprendizagem como um processo e uma função, que vai além da aprendizagem escolar e que não se circunscreve exclusivamente à criança. Fazendo uma simplificação, uma abstração do processo de aprendizagem, encontramos-nos ante uma cena em que há dois lugares: um onde está o sujeito que aprende e outro onde colocamos o personagem que ensina. Um pólo onde está o portador do conhecimento e outro pólo que é o lugar onde alguém vai tornar-se sujeito. Quer dizer que não é sujeito antes da aprendizagem, mas que vai chegar a ser sujeito porque aprende. Nesse sentido, é importante lembrar que as mudanças de posicionamento dos educadores, devem acontecer frente a seus alunos e a si mesmos, de forma a modificar o modo de ensino, com o intuito de possibilitar ao educando o caráter de sujeito capaz de pensar e aprender.

O ensinar exige da educação um comprometimento. Para isso é preciso que os professores compreendam o que é importante ensinar e como ensinar, saibam construir pontes entre abstrações e as experiências vividas pelos alunos, conheçam a vida dos seus educandos, criem condições para ir além de metodologias rígidas, através de um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e criativo.

Respeitar de fato as diferenças, valorizar os saberes dos alunos e criar um contexto escolar favorável à aprendizagem não são apenas valores de natureza ética, mas são a base de um trabalho pedagógico comprometido com o sucesso da aprendizagem de todos.

O ensino escolar deve implicar a análise interpretativa e crítica da cultura popular, uma vez que o currículo expressa uma cultura e não pode ser separado do contexto social, já que ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

Assim, o trabalho educativo precisa ser organizado de forma que as partes que compõem o ato educativo estejam permanentemente conectadas entre si, superando dessa forma a fragmentação do conhecimento.

2.2 A família no meio educacional

A constante busca por melhorias na educação faz com que o processo educativo se torne uma preocupação para a família e todo o contexto educacional, motivando a procura da melhor forma de preparar as crianças para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

A época atual é marcada por tantas transformações, que as pessoas sequer percebem como as mesmas acontecem, ou mesmo, de que maneira interferem em seu modo de vida. O avanço das tecnologias e da própria ciência são fatores que levam a mudanças no comportamento das pessoas. Crianças e jovens já não têm a mesma formação emocional e intelectual de seus pais, pois são muito ativos e questionadores, o que se traduz em um desafio bem maior para as escolas e famílias no processo de educação. De acordo com Pillar (2001, p. 22):

A criança é vista com características particulares e próprias de acordo com a idade e as relações que estabelece, formando-se como sujeito a partir da convivência e da ação no meio familiar, com outras pessoas, nos diferentes grupos e ambientes, interpretando e agindo no meio físico e social.

Toda a criança possui características próprias, estabelecendo relações de acordo com sua idade. Forma-se como sujeito a partir do seu envolvimento com pessoas pertencentes a vários e diferentes locais, com culturas diferentes, além da convivência com seu meio familiar. Passa a agir de acordo com o que vivencia no dia-a-dia.

Alguns pais, no momento em que colocam seus filhos em uma instituição educacional, transferem muito da responsabilidade de educar para os professores.

Esquecem de acompanhar o processo de aprendizagem de seus filhos, e a escola nem sempre consegue suprir as expectativas que os pais alimentam em relação à educação de seus filhos. Segundo Libâneo (1992, p. 47):

O trabalho docente constitui o exercício profissional do professor e este é o seu primeiro compromisso com a sociedade. Sua responsabilidade é preparar os alunos para se tornarem cidadãos ativos e participantes na família, no trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e política.

A escola possui como maior responsabilidade ajudar a tornar o aluno um sujeito envolvido na família e nos trabalhos que realiza em diferentes instituições de sua comunidade, tornando-se cidadão participativo e ciente do seu compromisso e responsabilidade, para junto somar positivamente em prol de uma sociedade mais igualitária.

Os familiares são os primeiros professores das crianças, pois ensinam a elas, nos seus primeiros anos de vida, as primeiras palavras e sinais dentro de sua cultura. Parte daí a importância do envolvimento da família na vida escolar de suas crianças.

Segundo Antunes (2003, p. 95) “conflitos familiares representam importante fator de desajuste e indisciplina do aluno”; isto reforça a importância de uma boa estrutura familiar, que se reflete no bom comportamento e desenvolvimento educacional do aluno. A criança leva como exemplos as atitudes vivenciadas no seu dia-a-dia, sendo elas boas ou não. Desta forma, o comprometimento da família com o desenvolvimento da criança tem função importante na definição de tais atitudes.

O aluno que tem o pai presente, participativo, envolvido, geralmente tem um bom crescimento educacional e emocional. O envolvimento dos pais é notado através das atitudes de seus filhos, que se tornam mais responsáveis e participativos na escola do que os demais. As maiores dificuldades de aprendizagem são notadas naqueles alunos cujos pais não estão presentes diretamente na condução do processo educativo. Paro (2002, p. 94) explica que:

É preciso, pois, criarem-se mecanismos institucionais que avaliem, e avaliem bem, não apenas o desenvolvimento do aluno, mas todo o processo escolar, tendo também os pais e os estudantes como avaliadores, pois eles são os usuários da escola e seus interesses é que devem ser levados em conta na identificação dos problemas e no levantamento das soluções.

Neste sentido é que se revela a importância da participação dos pais na escola, não somente para criticá-la em relação às dificuldades apresentadas pelos alunos, mas também para apresentar soluções que venham a contribuir com os interesses de ambos.

Muitos pais são conscientes da importância da participação direta no cotidiano educativo do seu filho, mas por diferentes razões ou circunstâncias deixam de exercer esse direito e dever, tornando-se omissos nas questões pedagógicas. Parecem pensar que cumprem o seu dever quando mandam suas crianças à escola, não fazendo o devido acompanhamento.

É bastante comum o envio de criança doente à escola, esta se depara com uma situação problemática e contraditória: não pode administrar nenhum medicamento e não pode permanecer com a criança em situação de debilidade física. Em muitos casos há a impossibilidade dos pais permanecerem em casa para dar uma assistência direta a seu filho, mas há também os casos em que os pais nem perceberam a situação em que estava a criança. Minuchin (1982, p. 55) contribui, dizendo:

O grande número de famílias, nas quais ambos os pais trabalham fora de casa, por exemplo, criou uma necessidade de serviços de cuidados diários, em grande escala, os quais ainda não estão disponíveis. [...] A família está abrindo mão da socialização das crianças cada vez mais cedo.

A necessidade de os pais trabalharem fora faz com que mais cedo as crianças deixem de ser cuidadas pela família, ficando sob a responsabilidade de outras pessoas, ou em instituições infantis; em alguns casos a criança permanece distante dos pais durante todo o dia e assim se enfraquece o processo de integração familiar.

Algumas famílias não sabem, ou estão descomprometidas com os seus deveres em relação às crianças, portanto, ausentes da educação e da noção de limites. Deixam para a escola toda a tarefa de educar, que em um período de quatro horas de aula, é obrigada a fazer o papel de formadora e reformadora. Ceccon (1988, p. 86), destaca:

A educação não começa na escola. Ela começa muito antes e é influenciada por muitos fatores. Ao longo do seu desenvolvimento físico e

intelectual a criança passa por várias fases nas quais a escola da vida, isto é, o ambiente familiar, as condições sócio-econômicas da família, o lugar onde se mora, o acesso aos meios de informação, têm uma importância muito grande.

O processo educativo inicia bem antes de a criança ingressar na escola, pois desde o seu nascimento é influenciada pela convivência familiar em vários aspectos, como o físico e o intelectual. Além disso, o acesso aos meios de comunicação, que em muitas vezes foge do controle dos pais, e as próprias condições econômicas das famílias, interferem na formação do conhecimento da criança e esta interferência pode acontecer de forma positiva ou negativa.

É preciso que os pais participem dos processos educativos dos alunos no sentido de motivá-los afetivamente ao aprendizado. O aprendizado formal ou a educação escolar, para ser bem sucedida, não depende apenas de uma boa escola, de bons professores, mas também de como a criança é tratada em casa e dos estímulos que recebe para aprender.

No processo de aquisição do conhecimento, o ideal é que ocorra uma interação da criança com o adulto, que a ensine como interagir com o mundo, se isso não ocorre já começa um processo de aquisição deficitária. Bronfenbrenner (1996) enfatiza que as relações de interação entre a pessoa e o ambiente que convive podem produzir mudanças nas características da pessoa no decorrer de toda sua vida. Não só os ambientes, mas também as estruturas interpessoais são importantes contextos de desenvolvimento humano.

Sob esse enfoque, destaca-se a importância das relações entre as pessoas, a começar pelas estabelecidas no microsistema, onde a criança em desenvolvimento estabelece relações de afeto, poder, reciprocidade que irão perdurar no decorrer da vida.

É preciso entender que o aprender é um processo contínuo e não cessa quando a criança está em casa. Quando os pais são ausentes da vida dos filhos, isto se reflete no seu comportamento.

Conforme Cury (2003, p. 33-34), “os comportamentos inadequados muitas vezes são clamores que imploram a presença, o carinho e a atenção dos pais.” A criança necessita de carinho, atenção, respeito e quando isso não acontece, ela procura manifestar de alguma forma esta carência, em alguns casos mudando o seu

comportamento que na verdade é a súplica por um olhar mais afetuoso e presente de seus pais.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº. 9394/96, artigo 1º, não é somente a escola a instituição responsável pela educação, mas a sociedade em geral, e a família no momento em que proporciona outros espaços de interação, convivência e integração social. De acordo com o artigo 1º da referida lei:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

Como consta na LDB, a educação envolve todo o processo de formação da criança e a família é colocada em primeiro lugar, pois ela compreende todos os processos de convivência humana relacionados ao desenvolvimento da criança e sua participação nas organizações sociais, civis e culturais destinadas a promover o exercício da cidadania.

De acordo com Nogueira (1998), no decorrer dos anos houve um progresso nas relações de interação entre a família e a escola. O meio familiar, assim como a sala de aula, que eram espaços privados, atualmente passaram a ser ambientes abertos onde pais e professores realizam trocas. No entanto, ainda existe resistência a essa troca entre famílias de meios sociais diferentes e também por parte de alguns educadores.

Muitas vezes os pais não sabem como agir diante de uma situação-problema envolvendo sua participação no processo educativo dos filhos. Nesses casos, é importante que a escola faça um chamamento aos pais, crie situações em que possa haver muito diálogo, onde os pais saibam ouvir o que o professor tem a dizer sobre os seus filhos, e que o professor também tenha a sensibilidade de ouvir e procurar entender o que os pais têm a dizer sobre suas dificuldades ou em outros casos, sobre sua omissão.

Sabe-se que o diálogo é a melhor ferramenta para um bom relacionamento entre pais/filhos/professores/alunos. Para Freire (1987, p. 79):

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser

transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes.

Diante da opinião do referido autor, pode-se dizer que é através do diálogo que acontece uma ligação recíproca entre os sujeitos e não simplesmente um depositar de ideias entre os elementos pertencentes ao mundo.

Nesse sentido, acredita-se que a comunicação entre família, crianças e escola deveria ser reavaliada para verificar-se de que forma acontece essa relação, pois se há diálogo entre família e escola, é possível considerar que haja maior equilíbrio no desenvolvimento educacional da criança.

Sabe-se que a escola deve conhecer a realidade do aluno para melhor compreendê-lo, mas não deve assumir sozinha esta responsabilidade. As famílias desejam que a escola eduque as crianças e imponha limites, porque elas não o fizeram, muitas vezes por serem despreparadas para assumir uma criança, algumas vezes por não ter responsabilidade nem maturidade.

Nessa perspectiva, a escola não deve estar isolada da família. Com base no pressuposto de que todos cumprem seu papel, é importante que haja uma parceria dividindo as responsabilidades e em conjunto, preparar o aluno para que seja um cidadão capaz de enfrentar os desafios impostos pela sociedade. Como diz La Rosa, (2002, p.24) “isto significa que em qualquer etapa, em qualquer situação ou em qualquer momento o indivíduo está aprendendo, sendo que, à medida que aprende varia seu comportamento, seu desempenho, sua ótica, seus enfoques”.

O ser humano vive em um contínuo processo de aprendizado, em diferentes situações e momentos ao longo de sua vida, porém em todas as situações adquire novos conhecimentos, e estes se processam, modificando-se conforme os seus objetivos.

Estudos apontam que a maioria das crianças e jovens frequenta a escola porque acredita que estudar é algo muito importante para a vida de cada um. Porém, a escola vem perdendo gradativamente seu espaço, e o educador já não tem mais a mesma autoridade em sala de aula. Isso representa um forte motivo para as famílias indicarem limites na educação de suas crianças, desempenhando seu papel de primeiros educadores.

A estrutura familiar atual vem sofrendo alterações, por várias razões, entre as quais se destaca as dificuldades financeiras e o trabalho, que muitas vezes se

apresenta em primeiro lugar, fazendo com que os integrantes disponibilizem pouco tempo para os assuntos comuns a todos. Segundo Minuchin (1982, p. 55):

A família sempre tem passado por mudanças que correspondem às mudanças da sociedade. Tem assumido ou renunciado a funções de proteção e socialização de seus membros em resposta às necessidades da cultura.

A família é o reflexo da própria sociedade e em função disso sofre constantes mudanças. Em alguns casos, em busca de uma integração mais intensa pela cultura, acaba por não assumir seu papel de amparar seus membros.

A educação da criança abrange vários fatores, como o cuidar, e a integração de vários campos de conhecimentos sendo de suma importância a cooperação de profissionais de diferentes áreas, envolvendo a dimensão afetiva, aspectos biológicos, alimentação, saúde e conhecimentos variados, criando um vínculo afetivo entre quem cuida e quem é cuidado.

Sabe-se que, em muitos casos, a criança passa a maior parte de seu tempo na escola; assim, acredita-se que seja necessário haver um bom relacionamento entre escola e família, para juntas atender melhor as necessidades da criança. Conforme Ross (2007, p. 30):

A união das instituições, família e escola, serve para garantir uma educação que leva à conscientização de que cada pessoa é responsável por cumprir seu papel no desenvolvimento de uma sociedade cada vez melhor.

O processo educativo do sujeito em busca do seu desenvolvimento como cidadão responsável só se dá mediante o trabalho em conjunto, da escola e da família, sendo necessário que haja a conscientização dos seus papéis no que se refere à educação.

O educar envolve diferentes situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens de forma integrada, respeitando as diversidades de cada criança, sua idade, diferença social e cultural. A escola possui um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade da criança; permitindo o sonho, a fantasia a afetividade e suas manifestações de caráter subjetivo. Segundo Craidy (1998, p. 14):

Com a concepção e o nascimento, os pais não deram somente a vida a seus filhos, eles, ao mesmo tempo introduziram-nos em um mundo. Educando-os, eles assumem a responsabilidade da vida e do desenvolvimento da criança, mas também da continuidade do mundo. No primeiro momento em que a criança ingressa na vida escolar, é de fundamental importância o acompanhamento da família. Assim como também é importante que esses pequenos alunos encontrem professores qualificados e sensíveis ao trabalhar com essas crianças, pois é o momento em que a responsabilidade maior de educar é dividida entre a família e a escola, passando a formar um conjunto família/escola.

A criança precisa sentir-se acolhida, segura, necessita que seja contemplada a sua sensibilidade, suas habilidades, o domínio do espaço e do corpo, suas emoções. É o momento das duas andarem juntas, de a família sentir-se à vontade dentro da escola, como parceiros no ato de educar.

Sabe-se que a escola é formada pela diversidade de alunos, educadores e pais, e os primeiros provêm de várias famílias, pertencentes a diferentes grupos sociais, trazendo a sua cultura e seus valores. Cada família possui uma maneira de educar seus filhos dentro do contexto familiar e cultural, buscando o melhor. Existem diferenças, e essas diferenças de valores e costumes tornam o ato ou a tarefa de educar, cada vez mais desafiadora para as escolas e para as famílias.

Partindo desta concepção, observa-se que este desafio não pode ser negligenciado, porque representa a valorização não só da educação, mas da criança dentro do processo educativo. Assim, considera-se de total importância o envolvimento de ambas as instituições na busca de uma melhor qualidade de ensino.

2.3 A aprendizagem e a influência do meio

As características de um ambiente enriquecedor ou não, bem como com outros fatores orgânicos, psicológicos ou sociais, tem demonstrado o favorecimento ou desfavorecimento no desenvolvimento da aptidão para a aprendizagem escolar.

Assim também as características individuais, como modo de agir, de pensar e de sentir, valores, conhecimentos, visão de mundo, entre outras, dependem da interação do ser humano com o meio físico e social.

Rego (1999, p. 58) chama atenção para a ação recíproca existente entre o organismo e o meio e atribui especial importância ao fator humano, presente no ambiente, ou seja, a pessoa para se humanizar, necessita crescer em um meio social, no qual possa interagir com outros indivíduos.

A relação social afetiva influencia o comportamento humano. Desse modo, as estruturas mentais vão sendo construídas pela criança através de suas possibilidades de interação e ação sobre o meio e através da qualidade de soluções do ambiente. Um ambiente estimulador que vem ao encontro de expectativas e interesses do ser humano, que valorize a sua história, a sua vivência, que reforce a sua essência de ser é muito importante para o seu desenvolvimento.

O processo de humanização tem início quando a criança começa a participar do convívio humano e é introduzida no mundo do símbolo pela aprendizagem da linguagem. O desenvolvimento está intimamente relacionado ao contexto social e cultural em que a pessoa se insere e se processa de forma dinâmica e dialética.

Sobre esse aspecto, Vygotsky (1991) ressalta que os fatores biológicos têm preponderância sobre os sociais somente no início da vida da criança. Aos poucos, as interações com seu grupo social e com os objetivos de sua cultura passam a governar o comportamento e o desenvolvimento de seu pensamento.

Um pai, por exemplo, ao passear com seu filho de aproximadamente dois anos, costuma chamar a atenção para todas as motos que vão encontrando no caminho. Vai mostrando as motos, fala o nome, marca e faz outros tipos de comentários. Mais tarde, em outras ocasiões essa criança demonstra o quanto incorporou das informações que recebeu, brincando na escola, nomeia com desenvoltura as motos de brinquedo.

Isso pode surpreender aos adultos que costumam julgar esta atitude como um sinal de perspicácia ou inteligência inata da criança. Pode-se interpretar esse fato como evidência de que as conquistas individuais resultam de um processo compartilhado.

Sendo assim, no processo da constituição humana, conforme Vygotsky (1991) é possível distinguir duas linhas qualitativamente diferentes de desenvolvimento, uma refere-se à origem biológica, outra à origem sociocultural.

A história de comportamento da criança nasce do entrelaçamento dessas duas linhas. A interação que o indivíduo estabelece com o universo social em que

está inserido é fundamental para a formação do comportamento e do processo humano.

Para Rego (1999, p.76) o “desenvolvimento e a aprendizagem estão inter-relacionados desde o nascimento da criança”. Seu cotidiano, o modo de observar, experimentar, imitar e receber instruções das pessoas mais experientes de sua cultura motiva a criança a aprender, a fazer perguntas e também a obter respostas para uma série de questões.

As crianças obtêm e desenvolvem a linguagem tanto oral como escrita de acordo com o contexto a que estão expostas, o qual precisa envolver uma comunicação em que a linguagem tenha algum significado, de modo que a língua passe a desempenhar papel de instrumento de comunicação.

Se os assuntos discutidos nesse meio despertarem a atenção e o interesse, a criança, então, progredirá de forma satisfatória no uso da linguagem e no aprendizado em geral. Para tanto, Kato (2002, p.105) afirma que:

Se por um lado a criança é um organismo pré-adaptado para a tarefa de aquisição de linguagem, por outro, o seu ritmo de desenvolvimento pode ser afetado pela quantidade de linguagem a que esteja exposta e pela qualidade da interação adulto-criança.

Assim, observa-se a importância do meio familiar para um desenvolvimento cognitivo satisfatório, que crie condições apropriadas à aprendizagem e, por conseguinte a inserção em um contexto social. Conforme a autora (2002), a forma de interação entre os adultos e as crianças, em um primeiro momento, não possui características didáticas, o que facilita a expansão dos tópicos conversacionais e enriquece o vocabulário da criança, o que faz com ela se motive e desenvolva a linguagem.

A criança, muito antes de entrar na escola, já construiu uma série de conhecimentos do mundo que a cerca. No entanto, é ao ingressar na escola, que outro tipo de conhecimento se processa, o formal. Para Vygotsky (1991), o desenvolvimento do sujeito humano se dá a partir das constantes interações com o meio social em que vive, já que as formas psicológicas mais sofisticadas emergem da vida social.

Seguindo a teoria interacionista, observa-se que esse conhecimento formal deve vir acompanhado da avaliação da real capacidade do que o sujeito consegue

realizar sozinho e do potencial que ele é capaz de fazer com a ajuda de outra pessoa. Desse modo, é possível verificar que nível de interação acompanha o aluno à escola, para então se processar o conhecimento formal. Quanto mais diversidade de interações e experiências o aluno tiver, maior e melhor será o seu desenvolvimento.

A aprendizagem desperta e põe em movimento vários processos internos do desenvolvimento que operam apenas através da interação da criança com os outros em seu ambiente, ou seja, o aprendizado escolar insere no desenvolvimento da criança elementos novos, que estimulam o surgimento de novas funções mentais, em processo de amadurecimento.

Vygotsky (1991) parte do pressuposto de que as características de cada indivíduo vão sendo formadas a partir da constante interação com o meio, entendido como mundo físico e social, que inclui as dimensões interpessoais e culturais. Nesse processo, o ser humano, ao mesmo tempo em que internaliza as formas culturais, as transforma e intervém em seu meio.

O que ocorre não é um somatório entre fatores inatos e adquiridos, sem uma interação dialética que se dá, desde o nascimento, entre o ser humano e o meio social e cultural em que se insere. Trata-se de um sujeito que realiza uma atividade organizada na sua interação com o mundo, capaz inclusive de renovar a própria cultura.

O desenvolvimento humano deve ser compreendido como a decorrência não de fatores isolados que amadurecem, tampouco de fatores ambientais que agem sobre o organismo, controlando seu comportamento, mas sim, de trocas recíprocas, que se estabelecem durante toda a vida entre indivíduo e meio, cada aspecto implicando sobre o outro. No entanto, se o meio não desafiar, exigir e estimular o intelecto do indivíduo, esse processo poderá atrasar ou mesmo não conquistar estágios mais elevados de raciocínio.

O meio influencia diretamente no aprendizado. Kato (2002) reforça essa afirmativa e cita o exemplo de um educando que vai melhorando sua escrita em momentos sucessivos de produção, quanto mais desenvolver o pensamento e a imaginação, mais vai escrever. Então, se estiver sujeito ao contato com a leitura desde pequeno, quando lhe são contadas histórias, receber incentivo de criar e registrar momentos, mesmo que fantasiosos, desenvolverá aptidões para escrever bem e de forma coerente.

A família é a base primordial para que se estabeleça o aprendizado. Em consonância a esse assunto, Luria (2001) expõe a ideia de que o desenvolvimento da linguagem na criança não acontece pela reprodução de sons que ela emite, quando é ainda muito pequena, mas sim pela assimilação do som verbal que o adulto produz.

Deste modo, a palavra é o elemento fundamental da linguagem, inerente ao ser humano que pensa. Logo, pensamento e linguagem fazem parte de um processo histórico-social, em que acontece uma ação de identificação da experiência com o meio, estimulada pela comunicação com os adultos.

Kato (2002) enfatiza ainda que a criança consegue distinguir com maior capacidade os contextos de uso da escrita, no momento em que tais usos se tornarem significativos. Também, quando tiver um adulto que escreva para ela, dessa forma haverá um dialogismo, que vai incentivar o desenvolvimento da linguagem escrita.

O aluno desenvolve habilidades cognitivas e linguísticas através de descobertas que se dão na participação de um processo de socialização, que lhe forneça evidências e informações necessárias para recriar, contextualizar e descontextualizar a linguagem.

O homem se caracteriza por uma sociabilidade instintiva, a qual é a base para as interações sociais com o meio que o cerca. O ser humano para ser completo precisa viver de forma que não esteja isolado, principalmente na infância, período em que a criança começa desenvolver-se nas relações com os adultos e com a sociedade de um modo geral e, assim, interage com as mensagens fornecidas pelas diferentes culturas.

A vida social é um processo dinâmico, em que cada sujeito é ativo, onde acontece a interação entre o mundo cultural e o mundo subjetivo de cada um. Para Vygotsky (1991) desde o nascimento da criança, o aprendizado está relacionado ao desenvolvimento e, é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas, culturalmente organizadas e especificamente humanas.

Pensando em um indivíduo que vive em um grupo cultural isolado que não dispõe de um sistema de escrita, caso continue nesse meio, esse indivíduo jamais será alfabetizado. Isto é, só o processo de aprendizado da leitura e da escrita, realizado em um ambiente sociocultural, é que pode despertar os processos de

desenvolvimento internos do indivíduo que permitam a aquisição da leitura e da escrita.

Dando sequência à temática em discussão, tem-se a contribuição de Piaget (1968, p. 73), o qual afirma que “é a criança que constrói seu conhecimento”, e essa construção dependerá de quatro determinantes básicas: a maturação, a estimulação do ambiente físico, a interação com o ambiente social e a tendência ao equilíbrio.

Como a maturação é um dos fatores básicos do processo de desenvolvimento e a maioria das crianças de uma dada sociedade amadurece seus processos biológicos e psicológicos em faixas etárias aproximadas, as estruturas mentais se constroem geralmente em idades cronológicas semelhantes.

O ser humano, desde o seu nascimento, está sujeito ao meio social, que atua sobre ele e o transforma. Sendo assim, a expressão adulta é também necessária à criança, mas ela só aproveita o que lhe é compreensível, desprezando o que está acima do seu nível de entendimento.

Conversando com as pessoas, a criança verá, a cada instante, seus pensamentos aprovados ou contrariados e descobrirá um mundo imenso de pensamentos diferentes dos seus, levando-a a modificar e/ou aprimorar seu modo de pensar. Piaget (1968) acredita que o processo de desenvolvimento cognitivo seja uma construção no interior do indivíduo em interação com outras pessoas.

Nesse sentido, observa-se o exemplo de um bebê que é colocado para dormir em um berço, rede ou esteira; se quem alimenta a criança é a mãe ou outro adulto do sexo masculino ou feminino; se o alimento sólido é levado à boca com a mão, com talheres ou com palitos; se existem ou não escolas ou outras instituições onde as crianças são submetidas a conteúdos culturais considerados importantes, são exemplos da multiplicidade de fatores que definem qual é o mundo em que o indivíduo vai se desenvolver.

O aprendizado é o processo fundamental para a construção do ser humano. O desenvolvimento da espécie humana, e do indivíduo dessa espécie está baseado na aprendizagem, que, para Vygotsky (1991), sempre envolve a interferência, direta ou indireta, de outros indivíduos e a reconstrução pessoal da experiência e dos significados.

Dentro dessa perspectiva, a família pode ser entendida como um conjunto de relações internalizadas – o sistema e não os membros. Quando, dentro da família, há um membro que apresenta problemas de aprendizagem, o grupo familiar tende a

separá-lo, induzindo-o a incorporar o papel de indivíduo com dificuldades. O pai e a mãe exercem influência direta sobre o modo de agir da criança; desta forma, mesmo inconscientemente, podem estar contribuindo para fortalecer as barreiras ao aprender, ao invés de auxiliar a transpô-las.

É necessário destacar a dificuldade que representa para algumas crianças o aprender: sensação de medo e angústia perpassa o processo de aquisição do conhecimento, uma vez que aquilo que não se conhece está oculto. Mas estas mesmas sensações que podem desencorajar a aprendizagem podem ser para a criança desafios a serem vencidos, atraentes o bastante para seduzi-las.

Os pais devem ter a possibilidade de pensar sobre o que ocorre com seus filhos e até que ponto estes acontecimentos estão a eles relacionados. Pensar exige mais do que atitudes mecânicas, é necessário reflexão e coerência em direção ao objetivo que se quer alcançar.

Com relação à atividade escolar, é interessante destacar que a interação entre os alunos em um ambiente estimulador também provoca intervenções no desenvolvimento das crianças. Os grupos de crianças são sempre heterogêneos quanto ao conhecimento já adquirido nas diversas áreas.

Desse modo, uma criança mais avançada em um determinado assunto pode contribuir para o desenvolvimento das outras. Qualquer modalidade de interação social, quando integrada em um ambiente realmente propício para aprendizagem e desenvolvimento, pode ser utilizada de maneira produtiva na situação escolar.

CONCLUSÃO

É certo que o contexto social no qual o indivíduo está inserido influencia diretamente na formação e personalidade. É esse meio que configura o ritmo de desenvolvimento e aprendizagem da criança. Quanto mais estímulo receber, maior será a resposta de linguagem produzida, o que favorece a inserção no meio social e cultural.

A influência das instituições sociais, a começar pela família, é defendida por Kato (2002), como sendo a base para a iniciação da aquisição de conhecimentos, uma vez que é este meio o responsável por desenvolver a vontade de comunicar e expressar nas crianças, bem como de estimulá-las a criar e expandir tópicos conversacionais.

Para um ensino satisfatório, é necessária uma aproximação entre escola e família, unindo-se na mesma finalidade de construção do conhecimento e desenvolvimento da aprendizagem, com a participação de todos os segmentos escolares.

Sobre esse aspecto reafirmam-se algumas considerações referentes à gestão democrática na escola. Democracia esta que deve prevalecer com a partilha do poder, com a participação dos pais, alunos, professores, direção, funcionários, com a garantia da livre expressão e comunicação entre os participantes do processo educativo. A estrutura formal da escola deve ser formada de relações humanas horizontais, de solidariedade e cooperação entre as pessoas.

Conforme afirma Paro (1997) é preciso que a escola seja adequadamente estruturada para atingir objetivos educativos em seu todo, de forma que a organização escolar, o trabalho e as relações em seu interior aconteçam de modo a não contradizer a característica democrática do próprio ato educativo enquanto relação entre sujeitos que propicia a transmissão e a apropriação do saber historicamente produzido.

A escola, ao receber os educandos, pressupõe que estes já tragam um nível de conhecimento adquirido no meio familiar, portanto, é fundamental que a criança tenha adquirido a aprendizagem assistemática, conforme explicado anteriormente, ainda no convívio familiar, pois desse modo, terá maior facilidade em sistematizar conceitos na escola, transformando-os em conhecimentos pedagógicos. Kato (2002) também sustenta a ideia de que o meio social e cultural têm relação com uma linguagem capaz de transformar o indivíduo e o meio que o cerca.

As instituições de ensino vêm enfrentando diferentes desafios, de origem histórica e assim, não conseguem sozinhas, cumprir seu compromisso com a sociedade. Portanto, é necessário que a família sustente seu papel de principal educadora e não tente transferir toda responsabilidade com a educação para a escola. Com a dissociação entre essas duas instituições os prejuízos às crianças e jovens são inevitáveis.

Conforme as temáticas debatidas neste trabalho, observa-se que o acompanhamento escolar sistemático dos filhos é fator principal para o fortalecimento dos laços afetivos da família e para um desenvolvimento educacional de qualidade. Seguindo o princípio de que a família é a base para qualquer ser humano, enfatiza-se a necessidade de as relações estabelecidas nesse meio trazerem segurança às crianças e adolescentes, que precisam conviver com referências positivas, necessárias ao desenvolvimento de uma personalidade com equilíbrio emocional e afetivo.

Atualmente, a escola apresenta maior disponibilidade em aceitar um relacionamento de proximidade com as famílias. No entanto, o caminho percorrido para se chegar a tal interação foi um tanto difícil, em consequência das transformações políticas, econômicas e sociais, das rupturas de paradigmas.

Os objetivos da escola, como também da família nos dias atuais devem ser de procurar tornar a criança/adolescente apta a assumir responsabilidades, tomar decisões, desenvolver suas habilidades e competências, como também orientar o educando na medida em que demonstre necessidade. A escola não deve apenas visar à construção do conhecimento, mas a formação de valores, atitudes e personalidade do aluno.

Uma escola que tem como objetivo estimular e desenvolver a cidadania deve proporcionar aos seus educandos situações em que eles tenham oportunidade de adquirir valores e conhecimentos básicos para a vida na sociedade contemporânea.

Deve promover atitudes e habilidades necessárias para que cada aluno venha a participar plena e efetivamente da vida política, econômica e social do país.

Com o desenvolvimento do trabalho, constatou-se que a escola necessita de uma aproximação com a realidade do aluno e da própria comunidade na qual ela está inserida. O aluno precisa também, ser incentivado a pensar por si próprio e buscar os conhecimentos de seus interesses.

É certo que os papéis da família e da escola, antes prioritariamente repressores, modificaram-se ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, é importante a conscientização de que a relação entre educação, escola/família/sociedade deve ser alvo de uma transformação contínua, que influencia os modelos vigentes de educação, de escola e de sociedade.

As escolas devem ser mais ativas e participativas, para despertar no aluno o desejo de aprender, é preciso uma mudança na educação. Quando se parte da contextualização, a escola tem campo propício para a problematização do conteúdo proposto, fazendo-o de maneira que os alunos sintam-se motivados, despertando neles a vontade de buscar respostas em fontes diferentes. Em outras palavras, para ter êxito, o ensino deve promover o interesse dos alunos.

Nesta perspectiva de mudanças na educação, é necessário conquistar espaços e construir poder. Educadores em contínuo crescimento, com proposta de homem-sociedade-educação, construída pela reflexão conjunta e tornada explícita por sua discussão com pais e alunos, são capazes de conquistar o poder da competência para fazer da educação um processo de mudança.

As mudanças na educação produzem mudanças na vida e na sociedade. Este processo de educação, em que o grupo-escola assume o projeto permanente de transformação, produz efeitos na vida em família ao transformar os filhos em pequenos pesquisadores, oferecendo aos pais condições para se perceberem possuidores de um saber que a escola necessita; por isso, também educadores.

Na sequência da discussão apresentada, retoma-se o pensamento de que o apoio e a coesão familiar podem proporcionar as crianças uma estrutura equilibrada e saudável, para crescerem e tornarem-se cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, capazes de interagir e intervir na realidade.

Para reforçar essa afirmação, Vygotsky (1991) reitera que, é na infância que o indivíduo estabelece relações culturais com os adultos e com o grupo social,

relações essas que são primordiais para estabelecer referência e conceitos para o desenvolvimento cognitivo, quando frequentar a escola.

A escola recebe a função de socializar a educação, de modo a transformar seus educandos em sujeitos sociais. A aprendizagem, por sua vez, deve ser trabalhada em favor de tornar o ser humano livre para pensar, criar e contextualizar conhecimentos.

Diante das proposições desenvolvidas no decorrer desse estudo, constata-se a importância da relação família e escola. Um ensino de qualidade tem seus pilares firmados no meio familiar, por meio do estímulo à escrita, leitura e humanização do indivíduo, fortalecidos, posteriormente, nos bancos escolares.

A interação entre essas duas instituições contribui para o fortalecimento da criança, enquanto ser humano capaz de organizar-se e constituir-se. Sobre essa discussão é importante ressaltar Almeida (2002), o qual retoma as abordagens da educação e ressalta que o método sociocultural é o único capaz de constituir o homem a fim de torná-lo apto a interagir com a sociedade.

Com as discussões apresentadas no transcorrer do trabalho, observou-se a importância do constante incentivo e acompanhamento dos pais no processo de aprendizagem dos filhos, já que o crescimento vem seguido de dúvidas e incertezas.

O interesse da família e a participação dos pais na realização das atividades pedagógicas dos filhos fortalecem e dão segurança às crianças, favorecendo a aprendizagem.

Muitas vezes, o meio é adverso às necessidades do indivíduo, propiciando o caminho para as dificuldades da criança. A falta de motivação, fatores ambientais, biológicos, meio social, econômico e cultural empobrecidos constituem alguns dos fatores que contribuem para que as crianças apresentem atraso escolar, que resulta em dificuldades de aquisição de habilidades cognitivas, necessárias para o sucesso escolar em toda trajetória educacional.

Diante da complexidade da temática, conclui-se que o meio ao qual o sujeito é exposto desde o seu nascimento, o convívio familiar, as formas que interagem e que tem contato com o mundo da leitura e da escrita são fatores primordiais para uma aprendizagem satisfatória.

A interação em um ambiente estimulador e desafiador provoca intervenções positivas no desenvolvimento das crianças. Se não é permitido ao indivíduo um

convívio social ligado à história e à cultura, certamente este sujeito terá maiores dificuldades de se humanizar e socializar-se para processar o conhecimento formal.

Sobre o processo de ensino e aprendizagem satisfatórios, conclui-se que este deve ser organizado de modo que as atividades pedagógicas tenham sempre um propósito de sentido, necessário à criança. O ensino deve favorecer a difusão da cultura, do pensamento e da história do educando.

Em consonância com o meio ambiente estimulador à aprendizagem e um ensino voltado a práticas socioculturais, é relevante ainda destacar o trabalho docente, o qual deve estar voltado à finalidade de propiciar que o aluno exercite e desenvolva as práticas de compreensão e produção textual. Também aprenda analisar e refletir sobre as diversas situações de uso da linguagem.

A esse respeito, Fernández (1990) contribui destacando que o posicionamento dos educadores deve ser o de modificar o método de ensino, bem como a maneira como olham para si e para seus educandos, comprometendo-se com a educação.

Espera-se, com essa discussão, provocar novas pesquisas sobre a relação entre a família e a escola, trazendo sugestões de engajamento entre essas duas instituições, com base em uma gestão democrática que convida as famílias a participar. Certamente este assunto traz inquietudes e incertezas que se revelam na prática diária. O trabalho docente será mais completo se houver um envolvimento maior com o meio em que o educando se constitui, assim, o professor poderá desenvolver práticas pedagógicas que atendam às carências e aspirações do seu alunado. Também a própria gestão escolar poderá atuar de forma mais democrática e estará mais fortalecida se tiver o acompanhamento da comunidade (pais, professores, funcionários, alunos)

A temática em estudo teve como pretensão contribuir com as pesquisas no sentido de organizar e instrumentalizar o conhecimento nessa área, além de servir como interligação para compartilhar experiências e saberes dentro da macro-estrutura educacional na qual os pesquisadores/leitores se inserem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel de. As ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de inclusão. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de. (Orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ANTUNES, Celso. **A dimensão de uma nova mudança**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

BRASIL. Lei Federal nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases**. [S.l.: s.n.], 1996.

BRONFENBRENNER, Urie. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas. 2967p., 1996.

CECCON, Claudius. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CRAIDY, Carmen Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: pra quê te quero?** Porto Alegre: UFRGS, 1998.

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. 11. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1990.

FERREIRO, Emilia. **Com todas as letras**. 3. ed. São Paulo: Cortiz, 1993.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. As ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de inclusão. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de. (Orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 1996.

KATO, Mary Aizawa (Org.). **A concepção da escrita pela criança**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

LA ROSA, Jorge. **Psicologia e Educação: o significado de aprender**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

LURIA, Alexandr Romanovich. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria**. Alexandr Romanovich Luria. Trad. Diana Myriam Lichtenstein e Mário Corso. Superv. Sérgio Spritzer. 2ª reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

NOGUEIRA, Maria Alice. Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.8 n.14-15, fevereiro/agosto. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X1998000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 out. 2010.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 2. ed., São Paulo: Ática, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. São Paulo: Artes Gráficas, 156p, 1968.

PILLAR, Analice. **Criança e televisão: leituras de imagens**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

REGO, Teresa. **Uma perspectiva histórica – cultural da educação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ROOS, Maria Goreti. **Família e escola: uma interação necessária na prática educativa**. 2007. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, 2007.

SANCHEZ, Ana. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.

SANDER, Benno. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOARES, Magda B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TFONI, Leda. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1997.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. São Paulo: Papirus, 1995.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução José Cipolla Neto, et al. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

YOUNG, Michael. Para que serve as escolas? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jun. 2010.